



109/

082

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

5501

APELAÇÃO CÍVEL Nº 98138-8 – Paulista/PE
APELANTE: Fináustria Cia. De Crédito, Financiamento e Investimento
APELADO: José Edmilson Gomes de Lira
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONTRATO. SALDO REMANESCENTE. COBRANÇA. POSSIBILIDADE.

Efetuada a busca e apreensão de bem adquirido com cláusula de alienação fiduciária em garantia, e após efetuada a sua venda, eventual saldo devedor poderá ser cobrado através das vias próprias.

DECISÃO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

DATA DO JULGAMENTO: 21/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 98138-8 – Paulista/PE, em que é apelante Fináustria Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento e apelado José Edmilson Gomes de Lira, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao apelo de acordo com o voto da Turma.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.



Podor Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

083

99

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0098138-8 -PAULISTA
APELANTE: FINÁUSTRIA CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
ADVOGADO: ELIETE SANTANA MATOS
APELADA: JOSÉ EDMILSON GOMES DE LIRA
ADVOGADO: GESIMÁRIO PESSOA BARACHO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela FINÁUSTRIA CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de sentença do MM. Juiz *a quo*, proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão, ajuizada contra JOSÉ EDMILSON GOMES DE LIRA, em razão de inadimplemento contratual de financiamento de automóvel com pacto acessório de alienação fiduciária em garantia, para aquisição do veículo de marca FIAT, modelo PALIO, cor branca, tipo automóvel, chassi 9BD178237V0348017, ano/mod. 1997, placa LVJ 7290.

O juiz *a quo* julgou procedente em parte a ação para rescindir o contrato firmado entre as partes, e consolidar a propriedade e a posse plena do bem em favor da parte autora nos termos do artigo 3º, §4º, do Decreto Lei 911/69. Condenou ainda, a parte requerida, ao pagamento de multa e juros de mora nos patamares acordados, calculados de uma só vez sobre o montante da dívida além de custas e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre do saldo devedor.

Inconformado o autor interpôs recurso de apelação através das razões às fls. 69/74, pretendendo a reforma da sentença, alegando em síntese, que a rescisão do contrato firmado entre as partes o impede de exigir do apelado o pagamento

1

084
100
do saldo remanescente, acaso venha a existir, considerando descaracterizado o contrato de alienação fiduciária e o título cambiário a ele vinculado. Alega, ainda, que a sentença recorrida afrontou o Decreto Lei 911/69, pedindo ao final, o provimento do apelo.

Não há contra-razões.

É o relatório.

Ao Douto Revisor.

Recife, 24 de novembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador relator

W/jma



Podor Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 904/

025

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 98138-8 da 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PAULISTA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: FINÁUSTRIA CIA. DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO e INVESTIMENTO
APELADO: JOSÉ EDIMILSON GOMES DE LIRA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 63/67) julgando procedente em parte o pedido formulado na Ação de Busca e Apreensão, rescindindo o contrato de alienação fiduciária para consolidar a propriedade e a posse do bem apreendido em favor do credor, ora Apelante, considerando nulas, contudo, as cláusulas estipulando juros de mora e correção monetária cumulativamente e as autorizadas de emissão de título de crédito como garantia do contrato.

Condenou o Réu nas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor corrigido do saldo devedor.

Em suas razões recursais (fls. 69/74), a instituição financeira alega equívoco da sentença. "ao entender que o apelado está isento totalmente da dívida, declarando consolidada a parte autora na posse e na propriedade do bem, mas deixando de condenar o mesmo presumidamente no saldo remanescente".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fis. _____

086

Sustenta, ademais, a possibilidade de se executar diretamente a dívida através de título de crédito, "não cabendo, desta forma, a rebatida tese monocrática que revisou o contrato e descaracterizou o título cambiário a ele vinculado".

Sendo assim, pugna pelo provimento do recurso para modificar tais aspectos da sentença.

Sucintamente exposta a controvérsia, decido.

Com efeito, a legislação disciplinadora dos contratos de financiamento com cláusula de alienação fiduciária é expressa ao tratar da possibilidade do credor fiduciário cobrar o saldo porventura devido após a venda do bem alienado. Os §§ 4º e 5º do art 1º do Decreto-lei nº911/69, estabelecem, *in verbis*:

.....

Art. 1º- *omissis*;

§4º- No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo apurado, se houver.

§5º- Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário e despesas na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

.....

As regras transcritas, portanto, oportunizam ao credor a venda do bem para que se apure eventual valor a ser devolvido ao devedor, ou saldo remanescente a ser adimplido por este.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 104

087

Ocorre, contudo, que o Magistrado sentenciante, ao contrário do sugerido no recurso, não negou à Recorrente o direito de cobrar eventual resíduo, facultando-a, inclusive, a alienar o bem, "observado o valor da avaliação constante do contrato, a fim de ter o seu crédito satisfeito".

Neste tocante, portanto, não há interesse recursal do credor fiduciário, pois a sentença expressamente reconhece a possibilidade de cobrar saldo porventura devido.

A vedada cumulação dos juros moratórios com a comissão de permanência contida na sentença não sofreu ataque específico, estando o objeto do apelo agora restrito à possibilidade do credor emitir título de crédito no valor apurado.

Ora, se nos termos do Decreto-Lei 911/69 o credor apreende o bem e promove a sua venda sem prévia avaliação e sem a anuência dos devedores quanto ao preço, o saldo remanescente perde a liquidez inerente aos títulos executivos extrajudiciais, descaracterizando a cártula.

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça,
verbis:

.....
PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VENDA
EXTRAJUDICIAL DO BEM. AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO, CONTRA O
AVALISTA. COBRANÇA DO SALDO DEVEDOR REMANESCENTE. AUSÊNCIA
DE LIQUIDEZ E CERTEZA.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

082/

Seguindo os precedentes da Turma "a venda extrajudicial do bem, independentemente de prévia avaliação e de anuência do devedor quanto ao preço, retira ao eventual crédito remanescente a característica de liquidez, e ao título dele representativo, em consequência, a qualidade de título executivo. Em casos tais, pelo saldo devedor somente responde pessoalmente, em processo de conhecimento, o devedor principal".

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 142.984/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 4ª Turma, DJ 17/06/2002 p. 266)

.....
Como consignado no julgado, eventual saldo remanescente será perseguido em ação de conhecimento própria.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, mantendo as conclusões da sentença esgrimida.

É como voto.

Recife,

21.12.09

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

089

106

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0098138-8 -PAULISTA
APELANTE: FINÁUSTRIA CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
ADVOGADO: ELIETE SANTANA MATOS
APELADA: JOSÉ EDIMILSON GOMES DE LIRA
ADVOGADO: GESIMÁRIO PESSOA BARACHO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O apelante insurge-se quanto ao fato de ter sido rescindido o contrato e pela inaplicabilidade dos dispositivos legais que formaram o convencimento do julgador.

Transcrevo parte da sentença, com o seguinte teor:

(....)

Pelo exposto, julgo procedente em parte o pedido para:

1) arrimado nos artigos 46, 47, 50, 51, 52, 53 da Lei nº 8.078, considerar nulas de pleno direito as cláusulas do contrato que estipulam a acumulação de juros de mora e comissão de permanência; e que estabeleçam a exigência da emissão de títulos de crédito em favor da autora como garantia de adimplemento do contrato, ou que a autorizem a sacá-los para cobrança; 2) com fundamento no art. 66, da Lei 4.728/65, e no Decreto-Lei nº 911/69, declarar o aludido contrato rescindido consolidando nas mãos da autora o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva; facultar ao postulante promover a sua alienação, observado o valor da avaliação constante do contrato, a fim de ter seu crédito satisfeito, o qual corresponderá ao saldo devedor acrescido da multa contratual no

107
090


percentual pactuado, e juros de mora no percentual acordado, calculados de uma só vez sobre o montante, e das despesas processuais (taxa judiciária e custas), honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) do saldo devedor e impostos decorrentes da transação. Devendo entregar ao devedor o saldo apurado, se houver. Custas, já antecipadas, pelo requerido, na forma deliberada. Indeferida a gratuidade pugnada pelo mesmo ante a ausência de comprovação da miserabilidade alegada. P.R.I. Observadas as cautelas legais. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se ao DETRAN, comunicando estar a autora autorizada a proceder a transferência do bem à terceiros que indicar , após remeta-se ao arquivo mediante anotações estilares. Paulista, 25 de outubro de 2002. José Júnior Florentino dos Santos-Juiz de Direito."

Percebe-se que a sentença atacada não fere o dispositivo alegado pelo autor, nem impede que o credor receba o seu crédito, tendo em vista que o objeto da ação de busca e apreensão se restringe à recuperação da coisa dada em garantia e, tendo o credor, no caso o apelante, a posse plena e a propriedade do veículo em questão, poderá vendê-lo a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento da dívida. Sobejando numerário, será entregue ao devedor o saldo respectivo e em caso contrário, continuará o devedor na obrigação de pagar o saldo devedor apurado, conforme dispõem os §§ 4º e 5º, do art. 66, do Decreto-Lei 911/69, *in verbis*:

"Art.66. (...)

§4º. No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 5º. Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado".



109
091

Ademais, o juiz pode aplicar *in casu*, as regras contidas na Lei 8078/90. Tendo, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça já firmado o entendimento de reconhecer a incidência das regras contidas no Código de Defesa do Consumidor por ocasião dos contratos firmados com instituições financeiras, conforme dispõe a Súmula 297 e que, tratando-se de norma de interesse social, as questões de ordem pública podem e devem ser conhecidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício.

À respeito do tema é válida a transcrição do seguinte precedente:

"EMENTA: CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LIMITADOR. TAXA PACTUADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDIMENSIONAMENTO.

I - Questões de ordem pública contempladas pelo Código de Defesa do Consumidor, independentemente de sua natureza, podem e devem ser conhecidas, de ofício, pelo julgador. Por serem de ordem pública, transcendem o interesse e se sobrepõem à vontade das partes. Falam por si mesmas e, por isso, independem de interlocução para serem ouvidas.

II - Admite-se a cobrança da comissão de permanência, após o vencimento da dívida, em conformidade com a taxa média do mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa pactuada no contrato, desde que não cumulada com juros remuneratórios nem correção monetária.

III - Verificado o desequilíbrio na fixação da verba sucumbencial, impõe-se o redimensionamento. Agravo interno parcialmente provido. (AgRg no. Resp 720439/RS, Relator Min Castro Filho, 3ª Turma, jul.02.08.2005, DJ 05.09.2005 P.407, STJ) "

Com estes fundamentos, não vislumbro a possibilidade de qualquer modificação na sentença recorrida, de modo que NEGOU PROVIMENTO ao apelo.

É o meu voto.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador relator.